

Usos do Passado, Invenção das Tradições: O Caso de Benin

Alessandra Buriol Farinha¹

Resumo: Nesse trabalho buscamos discutir de que forma os usos do passado, a invenção de tradições pode inferir em movimentos ou manifestações culturais. O objeto pesquisado ocorre em Ouidah, no Benin Ocidental, noroeste africano, e as relações de usos do passado da escravidão e invenção de tradições, principalmente em consequência do aumento da demanda do turismo no local. O método utilizado é o estudo de referências específicas e a análise de caso de Ouidah, tomando-se como referência o trabalho do antropólogo Gaetano Ciarcia (*A suspensão do passado da escravidão no Benin meridional*). Na revisão teórica, serão discutidos a memória e o esquecimento (CANDAUI, 2011; RICOEUR, 2007), invenção das tradições (HOBSBAWH; TERENCE, 2008), ativações patrimoniais (PRATS, 1998), de forma a problematizar até que ponto se pode inferir em bens culturais para geração de capital. Como resultados parciais, pode-se afirmar que em Benin a experiência social da escravidão é dissimulada para a obtenção de vantagens, principalmente que advém do turismo cultural e religioso. O vodum é uma das tradições que sofrem o processo de invenção, adaptação e patrimonialização. O objeto principal deste apelo memorial é a época do tráfico negreiro, temática que remete conflitos de memória, de ocupação do espaço por monumentos, dentre outros.

Palavras-chave: Benin. Patrimônio. Invenção.

Introdução

A existência de diversos usos e discursos do passado, conforme a conveniência, ou necessidade não é uma novidade na epistemologia da história. De acordo com Benjamin (1985, p. 224), a articulação histórica do passado não significa conhecê-lo como de fato ele ocorreu. Fatos históricos são ordenados e contados coerentemente, dispostos para que sejam interpretados conforme a vontade, a afecção do autor. Benjamin (1985) afirma que os bens culturais são frutos de desigualdades entre oprimidos e opressores. Atualmente a sociedade vive entre mudanças, e o consumo é a diretriz que orienta grande parte dessas mudanças, mas o processo citado por Walter Benjamin, entre oprimidos e opressores é o mesmo, mas agora os oprimidos são teatralizados, expostos como em uma apresentação circense.

Elias (1994, p. 13) afirma que as mudanças na sociedade ocorrem porque um grupo de pessoas (detentores do poder) planeja de acordo com seus interesses, independentemente do desejo comum. São “narrativas da nação” (HALL, 2003, p. 53) que tentam vender uma imagem nacional, original, tradicional para exploração consumista das massas. Nesta trama o patrimônio é um dos protagonistas, e o turismo representa o impulso, o desejo de consumo.

De acordo com Prats (1998, p. 69), após a II guerra mundial, os hábitos da sociedade ocidental com relação ao ócio foram afetados pelas férias remuneradas, aumento da disponibilidade de recursos para investimento em lazer, revolução dos transportes, dentre

¹ Mestre e Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, bolsista CAPES. E-mail: alefarinha@yahoo.com.br.

outros. A partir de 1960 o turismo se desenvolve largamente, sendo o fenômeno de massas mais importante da segunda metade do século XX (PRATS, 1998, p. 69). Atualmente, observa-se que os investimentos em atividades turísticas são cada vez mais intensificados, tanto nos destinos considerados como de turismo universal, quanto em dimensões regionais e até mesmo locais.

Um dos elementos mais associados da rentabilidade patrimonial é seu potencial turístico, visto como uma importante fonte econômica e adaptável às mais diferentes realidades. É importante observar que foi a partir dos anos 1990 que o processo internacional de estímulo ao desenvolvimento favoreceu o turismo como ferramenta estratégica de apoio ao desenvolvimento durável, ideia manifestada na Carta Europeia de Turismo sustentável de 1995.

De acordo com Santana (2009, p. 13) o turista contemporâneo, que vive na sociedade de massa, deseja conhecer o passado, o exótico, o selvagem, mesmo que a autenticidade das manifestações apresentadas seja questionável. O autor chama este fenômeno de “negociação da verdade”. Em seu papel, o *trade* se especializou em transformar o patrimônio cultural em produto vendável. Prats (1998, p. 68) chama de ativação patrimonial a escolha de determinados referentes e para a exposição de diferentes formas (PRATS, 1998, p. 68). A ativação patrimonial tem fundamental importância por alavancar as vendas de pacotes turísticos e povoar determinados destinos de consumidores ávidos pelo patrimônio cultural.

É devido a essa “espetacularização” da vida, das culturas e tradições, onde o consumo rompe qualquer barreira ética e moral através do turismo que surge a problemática exposta neste trabalho. O objetivo principal é refletir sobre as ativações patrimoniais, suas motivações, sobre os efeitos que essa manipulação tem sobre a identidade, a memória da comunidade autóctone e sobre patrimônio e o papel das instituições que o gere neste processo. Justifica-se pelo massacre cultural ao qual temos presenciado, onde culturas tradicionais se dissipam, comprometendo o legado de futuras gerações, e pelo conseqüente desaparecimento de referências e a diluição das identidades (CANDAU, 2011, p. 10).

O método utilizado é o estudo de referências específicas e a análise de caso de Ouidah, no Benin Ocidental, tomando-se como referência o trabalho do antropólogo Gaetano Ciarcia (CIARCIA, Gaetano. *A suspensão do passado da escravidão no Benin meridional*. In: FERREIRA, M.L.M. e MICHELON, F. F. *Memória, Patrimônio & Tradição*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2010). Neste estudo de caso, Ciarcia (2010) nos coloca a recorrência da invenção de contextos oficiais em Ouidah, nos quais a experiência social da escravidão é

dissimulada para a obtenção de vantagens, principalmente que advém do turismo cultural e religioso na região. O *vodum* é uma das tradições que sofrem o processo de invenção, adaptação e patrimonialização. O objeto principal deste apelo memorial é a época do tráfico negreiro, temática que remete conflitos de memória, de ocupação do espaço por monumentos, dentre outros.

Patrimônio, turismo e poder

O passado pode ser elemento afirmador de identidades através da tradição que é transmitida, mobilizada por sujeitos sociais numa cadeia geracional. Além de afirmar identidades e estar inserida no conjunto de práticas sociais, a tradição possui sentido situacional, pois não pode ser descolada do momento no qual é reativada e reinventada. Hobsbawm (2008) define tradição como comportamento de uma sociedade que segue regras internalizadas e aceitas pelo senso comum. Estas regras podem ser de natureza ritual ou simbólica e pretendem estabelecer normas de comportamento e outros valores morais. Elas criam uma relação direta com o passado objetivando validar a “tradição” em questão, dar continuidade à história de uma época.

A exploração comercial das tradições pelo turismo, por exemplo, pode ser de uma ideia de *status*, como em cerimônias do Império Britânico, que dissemina uma ideia nacionalista, como no exemplo de Guilherme I, para quem a Alemanha erigiu mais de 327 monumentos (HOBSBAWM, 2008, p. 272) ou mesmo vendida comercialmente, no sentido de objetos, eventos, manifestações folclóricas ou culturais, dentre outros.

Prats (1998, p. 63) afirma que o patrimônio é uma invenção, uma construção social diretamente associada a capacidade de gerar discursos sobre determinada realidade e assim conquistar o poder. A invenção então é legitimada, em um processo de assimilação social, e então adquire autoridade, valor na comunidade, reconhecimento. Essa assimilação social só ocorre através de um discurso prévio, inventado pelo poder (PRATS, 1998, p. 64). A ativação patrimonial, já enfatizada, é a “criação de um produto”, por um sujeito dito “coletivo” a serviço de ideias, valores e interesses específicos. Prats (1998, p. 68) afirma que esse sujeito, na maior parte das vezes é o poder político. Pode-se aferir, portanto que sem um “representante” do coletivo, sem o poder não há patrimônio. O poder dá suporte ao patrimônio.

Um dos maiores benefícios do poder representado pela invenção das tradições e pela ativação patrimonial está na demanda turística que este lugar pode atrair. Prats (1998, p. 70)

afirma que, além das férias remuneradas, evolução dos transportes, a revolução das telecomunicações contribuiu para esse fenômeno de massa. A televisão mudou a percepção da realidade, colocou lugares e objetos antes apenas imaginados ao alcance de nossas casas. Essa virtualização do real incentivou a imaginação com relação a objetos/lugares, e com o capitalismo, aumentou o desejo de conhecê-los.

Neste percurso, houve uma espetacularização da vida, da miséria, da tragédia (Prats, 1998, p. 70). As patrimonializações não se dão mais pela qualidade das obras, lugares, manifestações, identidade, mas pela possibilidade de inserção em uma lógica de consumo, pelo número de visitantes que pode atrair. Prats (1998, p. 70) chama de “Nosotros de los otros”, a imagem externa e estereotipada que se tem da identidade nos centros emissores do turismo, o que corrobora com a expressão de Santana (2009, p. 13) “negociação da verdade”.

Nessa lógica, já citada, entre oprimidos e opressores (Benjamin, 1985, p. 225), etnias (negros, indígenas), povos que emergiram para o convívio “social” no século XX, que conquistaram seus direitos, que compartilham lugares na sociedade, em universidades, escolas, dentre outros, podem ser citados, mais uma vez, como vítimas do processo. Suas culturas tradicionais, rituais, religião, celebrações, ainda são considerados manifestações exóticas para a maior parte da população consumidora do turismo de massas, fazendo com que essas sejam consideradas atrativos turísticos.

O crescimento da demanda do turismo pode aliar uma distinção de opiniões por parte dos autóctones. Ocasionalmente transformações sociais, pode gerar impactos negativos através da comercialização em demasia e fundamentalmente a perda de sua autenticidade. De acordo com Barretto (2006, p. 25), o turismo de massas propicia a produção de atrativos, de espaços “fabricados” para o consumo de grande escala, o que gera grandes somas de dinheiro e pouco retorno para as comunidades locais. A autenticidade de fenômenos culturais no turismo é discutida há décadas².

As instituições de poder sobre o patrimônio, responsáveis por sua preservação, registro, oficialização, são as protagonistas deste processo. Brown (2005) salienta que a palavra patrimônio é algo politizado, portanto preservá-lo tornou-se algo estrategicamente pensado para beneficiar o sistema, favorecer determinados grupos sociais. Há uma pressão, movida pelo capital, para a patrimonialização de bens culturais materiais e imateriais. Como

² A invenção das tradições, a autenticidade das manifestações culturais no turismo é estudada desde a década de 1960 com a obra do antropólogo Theron Núñez. Este autor pode ter sido o primeiro a considerar o turismo como um processo de aculturação (Santana, 2009, p. 51).

essas instituições são encarregadas do patrimônio, seu decreto legitima o que é ou não patrimônio, e traça o destino dos lugares e dos bens culturais. Eles são reinterpretados, entendidos na atualidade de acordo com os interesses, seu “diferencial cultural” e “agendas políticas” (TILLEY, 2006, p. 08).

O que se pretende é discutir qual é o limite, até onde o turismo pode inferir nesta dinâmica de ativações patrimoniais. A tradição e a modernidade podem ser pensados como sinônimos de continuidade e mudança, assim como podem construir/destruir identidades culturais, diluindo a memória social dos destinos turísticos. Portanto, deve existir uma sensibilidade com relação à invenção das tradições, pelo consumo de suas tradições, pela manifestação cultural que se perde para a “encenação”. O pesquisador de acontecimentos sociais caracterizados como “memória coletiva” deve se deter em estudar quais são as realidades deste compartilhamento de lembranças ou representações do passado, de forma a constituir uma memória justa (RICOEUR, 2007, p. 17).

No estudo de caso que segue abaixo, dois fatores são analisados com ênfase. O primeiro trata-se do estabelecimento de um “lugar de memória” dos escravos, lugar de embarque do tráfico negreiro, que representa uma memória da qual os habitantes e descendentes de escravos não gostariam de lembrar, de evidenciar. O segundo é a ocorrência do turismo de massa no lugar, que fez com que tomasse forma o turismo cultural – religioso que consome o *vodum* como um dos principais produtos turísticos locais. As manifestações têm apoio da UNESCO, do Estado e da Organização Mundial do Turismo.

Ouidah: O turismo e a “perversão” do patrimônio

[...] a patrimonialização desempenha um papel essencial para autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado. Na realidade, é muito mais a crença nessa propriedade compartilhada que é transmitida - crença essa compartilhada - que a propriedade propriamente dita. A função principal da autenticação da narrativa, pela patrimonialização ou pela comemoração, é de favorecer a emergência de um compartilhar real, aquele da “crença” no compartilhar, crença adotada pelos membros do grupo (CANDAU, 2009, p. 49).

Aqui buscamos discutir de que forma a invenção de tradições pode inferir em movimentos ou manifestações culturais, rituais tradicionais, principalmente motivada pelo turismo. Será analisado estudo de caso, relatado pelo antropólogo Gaetano Ciarcia (2010) em sua análise sobre o turismo religioso-cultural na cidade de Ouidah, capital do Benin Ocidental.

Entende-se tradição inventada como o conjunto de práticas normalmente reguladas por regras aceitas. Ela pode ser de natureza ritual ou simbólica, visa inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica a continuidade com relação ao passado (HOBSBAWM, 2008, p. 09). De acordo com a pesquisa de Ciarcia (2010, p. 73), com o fim do regime socialista em Benin nos anos 1990 observou-se o ressurgimento de expressões religiosas que haviam sido interditas pelo regime, tal como a prática *Vodum*.

De acordo com a pesquisa de Ciarcia (2010, p. 73), este processo de patrimonialização de bens culturais começou com o *Festival de Artes e Cultura Vodum Ouidah 92*. Durante o evento houve a revitalização da herança religiosa identificada como *vodum*, salientando sua conexão temática com a história da escravidão. Esta tendência à patrimonialização é afirmada em 1994 com a instituição do Caminho dos Escravos pela UNESCO.

Órgãos internacionais de fomento viram nesse momento a ocasião ideal para, através do turismo cultural baseado em retomada de tradições e patrimonialização dos lugares da escravidão, desenvolver econômica e socialmente o país. A realização pela UNESCO de um programa com o patrimônio imaterial baseado na história e herança do tráfico negreiro foi ancorada no apoio obtido pela *World Tourism Organization*, objetivando valorizar os bens culturais locais. O uso turístico do patrimônio cultural se destaca pela facilidade em selecionar e combinar elementos com o intuito de conseguir um produto de fácil aceitação no mercado.

Porém, esta patrimonialização da história da escravidão, a institucionalização do Caminho dos Escravos como patrimônio e espaço de turismo cultural gerou conflitos, por exemplo, de cunho econômico, relacionado à ocupação de espaços próximos aos lugares de turismo:

A instituição de lugares de memória do tráfico negreiro se apresenta como uma situação patrimonial marcada por rupturas entre as diversas restituições coletivas e religiosas da história dos escravos, transatlântica e local. Esses espaços são afetados pela precariedade de estruturas destinadas a compor as identidades do presente com a memória de fatos do passado (CIARCIA, 2010, p. 74).

Neste estudo de caso, o patrimônio daquela comunidade, os valores étnicos, míticos, históricos, fazem parte de uma memória encenada, uma invenção. Os lugares idealizados para manter a memória social local fogem da concepção de “lugar de memória”, como estruturas de apelo para a identidade de grupos ou indivíduos (CANDAU, 2009, p. 48), não condizendo com a vontade popular local. De acordo com Ciarcia (2010, p. 87), a intenção deste

engajamento em uma nova qualificação da história da cidade teve por objetivo primeiro o desenvolvimento econômico através do turismo.

Seguindo esta lógica, a história do tráfico negreiro também está sendo usada como objeto de comercialização no turismo através da instituição de roteiros turísticos, caminhos inventados como rotas do tráfico, lugares marcados como “a árvore do retorno” e “árvore do esquecimento”³. É o passado da tragédia que ganha valor patrimonial, na análise do autor, em um espelho invertido (CIARCIA, 2010, p. 93).

O autor afirma que a instituição de lugares de uma memória social e histórica que fazem referência a da dor da escravidão não é vontade da comunidade local, mas das autoridades oficiais, quem gere quem detém o poder sobre o patrimônio (TILLEY, 2006, p. 08). A vontade de ativar esse patrimônio nacional é confrontada com a inadequação dos quadros sociais comunitários (CIARCIA, 2010, p. 99).

Além da discussão referente aos monumentos de memória da escravidão, está a resignificação religiosa da tradição do *Vodum*, também abordada por Ciarcia (2010). A prática do *Vodum*, originária do Haiti, ocorria no Benin no tempo do regime socialista de forma clandestina, doméstica. Apesar disso, sempre foi respeitado pela comunidade. Com a queda do regime socialista e a vinda de turistas, foram construídos templos para execução dos ritos, que passaram a ser consumidos como atrativos turísticos, produto para consumo de turistas.

Este é outro exemplo onde o turismo de massa motivou a invenção da tradição. A tradição do *Vodum* foi adaptada, fugindo de suas características originais, se incorporando à sociedade em função de outros motivos que não os mesmos de outrora. Há neste contexto o *Vodum* cultural (real) e o *Vodum* cultural (para o turista consumir).

É o espetáculo das danças, dos cantos, do público reunido e contente, dos encontros rituais com a “diáspora”, que contribuiu para a propulsão nas memórias do valor desses acontecimentos que se tornaram lugares metafóricos na ascensão de um vodum moderno e festivo (CIARCIA, 2010, p. 104).

O turista que consome este produto alia seu conhecimento sobre a tradição local e sua imaginação para idealizar o produto. Para o turismo, o que vende mais é o espetáculo, a caracterização, mesmo que exista uma discrepância com a realidade. A imagem promovida do turismo cultural em Ouidah é mítica, fazendo referência ao irracional, à fantasia, contendo a

³ Encontradas na Floresta Sagrada de Kpassè. Dizem que as árvores surgiram do solo logo depois que desapareceu o antigo Rei de Kpassè, fundador de Ouidah. Encontra-se no parque uma variedade de estátuas de divindades africanas.

característica do povo e ressaltando o caráter arcaico. A emergência do *vodum* parece subscrever e resgatar um retorno da imaterialidade perdida durante o tráfico e a colonização (CIARCIA, 2010, p. 104).

Tanto a memória da escravidão quanto a adaptação do *vodum* para fins comerciais gerou, conforme o autor, conflitos de memória por parte da comunidade autóctone que, mesmo que se beneficie minimamente com o turismo, tem a percepção da não-autenticidade do patrimônio manipulado e comercializado aos turistas. É um caso de resignificação ou invenção da tradição, da cultura que se adapta, quase que obrigatoriamente ao presente.

Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória (HOBSBAWM, 2008, p. 10).

Os casos referentes ao Benin citados são exemplos de tradições religiosas antigas que são reinventadas, reapropriadas unicamente em função do consumo do turismo ou da projeção de lugares como lugares para o turismo. O principal fator de atratividade é a “diferença cultural”, o místico, o exótico, o caráter único, disposto pelo lugar, o que reforça seu potencial para o turismo cultural, conforme citado anteriormente.

Considerações Finais

Vimos que a relação turismo-patrimônio-crescimento econômico não ocorre de maneira sistemática e previsível. Tal como aborda Saskia Cousin (2006), um dos paradoxos dessa relação é justamente a dificuldade que os agentes patrimoniais têm em assumir o caráter econômico de seus empreendimentos e, por outro lado, a baixa sustentabilidade social do turismo em determinadas circunstâncias.

São pontos de referência de nossa memória individual que a inserem na coletividade a que pertencemos. Como no exemplo de Santo Agostinho, citado por Ricoeur (2007), a memória é pessoal e através dela nos situamos social e espiritualmente. Como produto do trabalho, pode-se afirmar que as ativações patrimoniais e invenção de tradições com o intuito a promover o turismo é crescente na sociedade de massas em que vivemos, talvez pela busca memorial, pela desestabilidade social, o que gera uma crise de identidade (HALL, 2003, p. 07), ou pelo apego ao *status*, ao consumo, a ideia de ostentação ligada a viagens exóticas, dentre outros. Neste processo, pode-se perceber que o patrimônio se resume em *fake*, um simulacro, uma disputa pelo poder, de acordo com interesses de instituições que se

transfiguram da vontade “comum” (Elias, 1994). Como produto, há o esquecimento das atividades tradicionais, da cultura local, dos interesses dos mais necessitados, que poderiam atuar e serem beneficiados com esse intermitente processo. Corroboramos com Benjamin (1985, p. 226) que devemos criar um permanente estado de exceção, que confronte a história “oficial”, e duvidar das manifestações vendidas pelo turismo.

A descaracterização das práticas culturais, frivolamente relacionada ao consumo é algo que extrai o espírito, a motivação que deu origem a tradição. Como no exemplo de Machuca (2010, p. 54), dos “*Voladores de Papantla*” onde parte fundamental do rito foi modificada e o turismo foi um dos responsáveis pela mudança do ritual, no qual a árvore utilizada no rito por um objeto de metal similar. Ou mesmo no exemplo de Geertz (1989, p. 130) de Bali, onde uma expressão cultural, o combate ritual da feiticeira *Rangda* com o monstro *Barong*, tornou-se espetacularmente teatral. Tilley (2006) afirma que deve ser dada ênfase ao estudo da paisagem para melhor entender as identidades sociais, o social, o político e suas implicações.

No estudo de caso de Ouidah, visto neste trabalho, foi possível verificar que, ao mesmo tempo que o turismo é festejado na cidade, há a presença dolorosa, uma memória dita indizível por parte dos descendentes de escravos que não é verdadeiramente compartilhada, e sim “mascarada” pelas apresentações teatrais do *vodum* e roteiro do Caminho dos Escravos.

Apesar disso, acredita-se que o turismo pode estimular a revitalização das tradições, sendo estas reinterpretadas na contemporaneidade, estimuladas pela demanda de turistas ávidos por conhecerem os costumes dos autóctones (SANTANA, 2009, p. 10), participando de ritos e tradições religiosas como forma de enriquecimento cultural. Porém esta participação do turista deve ser no sentido único de expectador, admirador, não inferindo na cultura e *savoir-faire* místico de autóctones, como no caso do *Vodum* de Ouidah, no Benin. Santana (2009) afirma que não se deve simplesmente extinguir determinada atividade cultural, mesmo que inventada, se há encenações para turistas, se é esta é vendida como produto turístico. Sabe-se que devido à adaptação à necessidade deste mercado, ou “modernização” de fenômenos culturais, estes nada se comparam com o que realmente havia no passado.

É possível que se reflita, portanto, de que forma estão sendo transmitidas as informações que tangem à cultura local para o turista. A memória alimenta o sentimento de nossa continuidade (CANDAUI, 2009, p. 46), pode dar representatividade e orgulho aos autóctones. De acordo com Ricoeur (2007, p. 108), é à memória que está vinculado o sentido de orientação na passagem do tempo, do passado para o futuro, seguindo o tempo da

mudança, mas também do futuro para o passado, da expectativa à lembrança, através do presente vivo.

Jones (2007, p. 32), afirma que os eventos passados dão significado à cultura material, portanto o sentido dos bens culturais dependem das vivências do passado, que devem ser transmitidas com respeito às comunidades a que se referem. De acordo com Santana (2009, p. 101), deve haver uma política conjunta e a participação colaborativa dos envolvidos na configuração da imagem, da seleção dos atributos, na conjunção de produtos em suas referências físicas e emocionais sobre a identidade do destino.

Para finalizar, concordamos com Prats (1998, p. 63), ao entender que ciência e sociedade devem discutir o patrimônio em âmbito de uma realidade empírica, para que o resultados das reflexões sejam aplicáveis, uma vez que se trata de campos que mobilizam recursos e interesses.

Referências

- BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural** Campinas: Editora Papyrus, 2006.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Walter Benjamin, obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BROWN, Michael. Heritage Trouble: Recent Work on the Protection of Intangible Cultural Property. **International Journal of Cultural Property**, (12): 40-61, 2005. Disponível em: <http://lanfiles.williams.edu/~mbrown/Brown>. Acesso em 10 ago 2014.
- CANDAU, Joel. **Antropologia de La memória. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.**
- CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**. V. 01, n. 01. P. 43 – 58, 2009. Disponível em: <http://lasmic.unice.fr/PDF/candau-article-10.pdf>. Acesso em 11 out 2013.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CIARCIA, Gaetano. A suspensão do passado da escravidão no Benin meridional. In.: FERREIRA, M. L. M.; MICHELON, F. F.; **Memória, Patrimônio e Tradição**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 2010.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. In: **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed. S.A., 1989.

- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JONES, Siân. Negotiating Authentic Objects and Authentic Selves. **Journal of Material Culture**, (15): 2, 181-203, 2010.
- MACHUCA, Jesus Antonio. Patrimonio y Retradicionalizacion em La cultura indigena y popular em Mexico. In.: FERREIRA, M. L. M.; MICHELON, F. F.; **Memória, Patrimônio e Tradição**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 2010.
- PRATS, L. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, (27): 63-76, 1998. Disponível em: <http://www.antropologiasocial.org>. Acesso em 10 ago 2014.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTANA TALAVERA, Agustin. **Antropologia do Turismo: Analogias, encontros e relações**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.
- TILLEY, Christopher. Identity, Place, Landscape and Heritage. **Jornal of Material Culture**. 11. 2006.